A CARTA DE CARPINA EDUCAÇÃO FÍSICA — NOVOS COMPROMISSOS: PEDAGOGIA, MOVIMENTO, MISÉRIA

CELI NELZA ZULKE TAFFAREL

Professora Doutora Titular UFBA/Faced/Lepel E-mail: Taffarel@ufba.br

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar a construção social da Carta de Carpina à luz da teoria marxista.

PALAVRAS-CHAVE: Educação física; esporte.

I. INTRODUÇÃO

Sem referencia teórica, sem leis que regem o desenvolvimento do conhecimento e sem categorias nos é impossível articular o pensamento científico, que significa ultrapassar o mundo das ilusões e percepções preliminares para expressar o concreto no pensamento. Portanto, inicialmente apresentamos a base teórica que permitirá a análise dos contextos, dos fatos e do texto.

1.1. O estado como organizador do consenso

A retomada do debate do conteúdo da *Carta de Carpina* ¹ levará em consideração as seguintes dimensões:

- 1) Contexto histórico da elaboração da Carta;
- 2) Seus autores;
- 3) O conteúdo político, ideológico, científico e pedagógico da Carta;
- 4) Os indicadores dos compromissos assumidos pedagogia, movimento, miséria;
- 5) Avaliação política.

A partir destes dados será possível discutir teoricamente as contribuições da educação física, por intermédio das Cartas — Carpina, Belo Horizonte, Sergipe e Brasileira —, na constituição do Bloco Histórico de sustentação das políticas públicas no Brasil, de perfil neoliberal, ou na construção de políticas públicas de perfil democrático e popular, voltadas para atender às reivindicações da classe trabalhadora, nas duas últimas décadas, anos de 1980 e 1990, bem como as estratégias de construção de consensos e a responsabilidade dos intelectuais orgânicos e suas vinculações com o Projeto Histórico Hegemônico ou com a construção da Contra-Hegemonia, o projeto histórico socialista.

Sobre a concepção de Bloco Histórico valemo-nos das contribuições de Gramsci (1978, 1984, 1991), que coloca o conceito de Bloco Histórico sob três dimensões:

a) discussão entre estrutura e superestrutura, seu vínculo orgânico que realiza a unidade, correspondendo a uma organização social concreta e

A Carta de Carpina foi assim designada fazendo-se referência ao local onde a mesma foi produzida e redigida – Carpina, estado de Pernambuco.

histórica global, constituída por uma estrutura social – classes que dependem das forças produtivas – e, por outro lado, uma superestrutura ideológica e política mediada pela hegemonia. O vínculo orgânico é realizado por grupos sociais que operam pedagogicamente ou coercivamente nas estruturas – os intelectuais de classes;

- b) a análise de como um sistema de valores culturais (ideologias) impregna, penetra, sociabiliza e integra um sistema social – a relação pedagógica na construção da hegemonia;
- c) a análise da possibilidade da desagregação da hegemonia da classe dirigente, edificando-se um novo sistema hegemônico e criando-se um novo Bloco Histórico.

A noção de Estado integral pressupõe os meios de direção intelectual e moral de uma classe sobre a sociedade e a maneira pela qual realiza a hegemonia. O Estado compreende, portanto, todo um conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não somente sua dominação, mas também o consentimento ativo dos governados.

O Estado capitalista sustenta-se, portanto, a partir de um dado Bloco Histórico que constitui, por contradições, hegemonicamente, as forças de manutenção do sistema de relações para produção e reprodução da vida. Portanto, a abstração liberal chamada de Estado Ético ou Estado Democrático de Direito é, em última instância, no sistema capitalista, a imposição de uma dada visão de mundo, de um projeto total classista, a classe que se articula em torno dos interesses do capital e da lógica do mercado como o orientador da produção e reprodução da vida.

Para anular as forças de construção da contra-hegemonia a meta é anular projetos de subjetividade histórica, de horizonte histórico, de projeto histórico que podem objetivar-se em uma nova sociabilidade que não a sociabilidade capitalista, que privilegia as leis do mercado e não o ser humano como referência histórica e ontológica, e se mantém pela violência, alienação, competitividade, indiferença, individualismo, narcisismo, manipulação do imaginário social, entre outros mecanismos para manutenção da ideologia da classe dominante.

Confundir as visões de mundo, subtrair, eliminar a voz e as práticas dos dominados, cooptar setores tomando-lhes a voz e as práticas, ou admitir a voz e as práticas dos dominantes como a voz e as práticas universalmente válidas, significa anular um projeto de subjetividade histórica, horizonte histórico, enfim um projeto histórico que pode objetivar-se em uma nova sociabilidade, em uma outra forma de organização da sociedade, a sociedade socialista.

O Estado Capitalista busca, portanto, com processos de cooptação ou anulação suprimir antagonismos, manter e recompor a hegemonia.

1.2. A hegemonia como relação pedagógica a partir de consensos

Hegemonia para Gramsci é o controle da sociedade civil e política e isto torna-se possível pelo alargamento das articulações entre a base social de direção, possível por um sistema de alianças entre classes. O sistema capitalista de produção e reprodução mantém seu poder de direção alargando, portanto, as articulações entre classes.

Segundo Marx (1982), em *O 18 Brumário de Luís Bonapart*e, o Estado atua como organizador do consenso e, ao mesmo tempo, da dominação. Os aparelhos estatais podem ser vistos como um imenso exército de funcionários que, pelas lutas de classes e de frações de classe, organizam o poder, desorganizando objetivamente as classes subalternas.

Ainda segundo Gramsci, na sociedade capitalista, constituída por contradições classistas, os antagonismos jamais poderão ser suprimidos. E muito menos será possível chegar a um consenso comunicativo. No entanto, as chamadas, "fábricas de consensos", conforme Ana Elizabete Mota (1998), objetivam consolidar processos para o acatamento da reestruturação produtiva e a imposição de ajustes estruturais, características econômica e política marcantes da década de 1980 e 1990. Desorganizar os falsos consensos construídos nas duas últimas décadas no campo da educação física e esporte é um dos grandes desafios atuais².

É com esta base referencial teórica que é possível constatar, explicar e perspectivar ações, no campo da prática da educação física e esporte, reconhecendo o conteúdo da luta de classes, expresso também no conteúdo de cartas – manifestos, declarações e outros documentos representativos.

2. DESENVOLVIMENTO

Para compreendermos o caráter ideológico, político, ético, moral, pedagógico e científico da *Carta de Carpina* é preciso situá-la no contexto de relações políticas e econômicas latino-americano e das lutas de resistências contra o projeto de internacionalização do capital e da globalização da ideologia neoliberal.

^{2.} Um exemplo de "fábrica de consenso" é a Carta Brasileira de Educação Física, organizada pelo Confef (Conselho Nacional de Educação Física) e que vem sendo severamente criticada e repelida em função de seu alinhamento ideológico com as classes dominantes.

2.1. O contexto da Carta de Carpina

A década de 1980 caracteriza-se pela profunda crise do sistema capitalista, que tem caráter mundial. Não se trata de uma crise do sistema internacional de especulação financeira, como poderiam deixar transparecer as freqüentes e constantes quedas das bolsas de valores. É uma crise do próprio capital em todas as suas figuras: financeira, comercial e industrial. Esgota-se o modelo de acumulação-regulação social fordista-keynesiano. O Estado de "Bem-Estar Social" – "Welfare State" entra em decomposição no confronto entre direitos sociais e acumulação privada, e o "Socialismo Real" demonstra sua incapacidade de alcançar a socialização do poder político e a socialização da economia. O fim da Guerra Fria restaura o liberalismo. A disputa ideológica Leste-Oeste, com o colapso do comunismo na Europa Central, a desintegração passo-a-passo da União Soviética, somada à adesão do socialismo espanhol e francês ao discurso neoliberal, facilitaram a disseminação das propostas de ajustes estruturais articuladas, por exemplo, no célebre "Consenso de Washington". Os ajustes, a *pax americana* apresentavam-se como inevitáveis.

No contexto latino-americano ocorrem mudanças nos sistemas políticos — das ditaduras militares e civis a processos de "redemocratização". As políticas de ajuste estrutural são acentuadas, visíveis na abertura e internacionalização da economia e na emergência do programa neoliberal, impondo a primeira geração de reformas com a redução das funções sociais do Estado.

A decomposição do sistema é acelerada na década de 1980, e continua na década de 1990. Isto pode ser demonstrado pelos fatos históricos. Para responder à recomposição da hegemonia diante da decomposição do sistema, o Grupo dos 7³ busca compor um Bloco Histórico para impor ajustes ao projeto de mundialização do capital e de globalização da ideologia neoliberal, que significam, em última instância, estratégias para manutenção das taxas de lucro a qualquer custo⁴.

Segundo George (1995, p. 50) o sistema acentuou desigualdades no seio das sociedades ricas e pobres, aumentou disparidades (abismo) entre regiões de-

G7 é a denominação corrente utilizada para designar as sete grandes potências industrializadas, das quais constam Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Japão, Itália, Canadá. Ver mais em Perre Size, Dicionário da Globalização. A economia de "A" a "Z". Florianópolis, Ibert, 1998.

Segundo Coggiolla, a política de privatização eqüivale, para nós, à destruição de toda e qualquer pesquisa...estamos diante de uma ofensiva de destruição do ensino superior. Ver mais em Cogiolla, A Crise Capitalista e a Universidade Brasileira, XVII Congresso do Andes/SN (fevereiro de 1998) (mimeo).

senvolvidas e subdesenvolvidas, provocou desemprego maciço e insegurança para a maioria das populações. George aponta o paradoxo do sistema atual:

Surpreendente paradoxo: tornou-se urgente, talvez vital, a necessidade de se proteger o mercado, de impedi-lo de se auto — destruir. Seu comportamento aberrante, já que não controlado, pode mergulhar a humanidade em um caos financeiro generalizado[...]. (George, 1995, p. 50)

As consciências deviam ser assaltadas e a subjetividade amoldada. A educação passou a ser central nos acordos internacionais⁵.

A ofensiva neoliberal no Brasil pode também ser avaliada no caso da dívida externa. Em 1977 o Brasil devia US\$ 32 bilhões. De 1977 a 1987 pagou US\$ 147 de juros e amortizações, em 1987 ficou devendo US\$ 121 bilhões, em 1988 ainda estava devendo US\$ 228 bilhões.

As classes que ficavam e ficam com toda esta riqueza eram e são as que dominavam e dominam o poder do Estado e os meios de comunicação. O capital estrangeiro, a grande burguesia brasileira e o latifúndio dominavam e ainda dominam o poder político, mesmo com toda a expectativa da "abertura democrática", com o afastamento dos militares do governo do Estado no final dos anos de 1970 e no decorrer dos anos de 1980.

Os anos de 1980 caracterizaram-se, inclusive, como a "década perdida". Paradoxalmente, segundo Reinaldo Gonçalves e Valter Pomar (2000), no contexto de grandes avanços organizativos e políticos dos trabalhadores brasileiros, temos o surgimento do Movimento pela Anistia, a reconstrução da UNE, a criação do Partido dos Trabalhadores, ressurgimento e legalização de outros partidos de esquerda, a construção da CUT – Central Única dos Trabalhadores –, a consolidação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra –, a inscrição de direitos na Constituição e o desempenho das esquerdas em eleições (1988 e 1989).

Tal resistência repercute nos ajustes e nas reformas neoliberais. Em 1989 reuniram-se nos Estados Unidos – Washington – funcionários do governo norte-

^{5.} Segundo o embaixador dos Estados Unidos no Brasil – Melvin Levitsky. Parceria Educacional entre Brasil-EUA preparou o terreno para fazer da educação um dos temas centrais da agenda hemisférica em Santiago. Esse acordo de parceria regerá nossa abordagem bilateral da educação em cinco áreas temáticas, incluindo padrões de avaliações educacionais, tecnologia educacional, desenvolvimento profissional, parceria entre comunidade e empresas e intercâmbio. A parceria é fundamental para a iniciativa educacional entre EUA e Brasil. Ela deverá assegurar o acesso aos instrumentos para a prosperidade econômica do século XXI. A agenda comum para as Américas centra esforços em uma agenda comum de renovada ênfase na educação.

americano e organismos financeiros internacionais – FMI, Banco Mundial e BID – especializados em assuntos latino-americanos e procederam a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da América Latina. Concluíram sobre a excelência das reformas iniciadas ou realizadas na região, *com exceção*, até aquele momento, *feitas ao Brasil* e *ao Peru*. O "Consenso de Washington"⁶, indica nova geração de reformas intensificadas a partir da década de 1990.

A educação passa a ser alvo intenso dos ataques. Evidência disto foi a orientação política para a educação na América Latina, a partir do "Consenso de Santiago", em abril de 1998⁷. A educação continuou a ser estratégia para o "assalto às consciências e do amoldamento subjetivo"⁸.

^{6.} O Bloco capitalista, controlado pelos Estados Unidos, seguindo os ditames da Conferência de Bretton Woods (ocorrida em 1944 com a presença de 44 países), construiu um novo sistema de instituições internacionais, estabelecendo regras de competitividade econômica, liberalizando e intensificando o comércio internacional. Neste sistema o Banco Mundial tem a função de reconstruir economias capitalistas, o FMI – Fundo Monetário Internacional – de monitorar desequilíbrios cambiais e monetários dos Estados capitalistas e o GATT – General Agreement on Tariffs and Trade – de administrar o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (Ver mais em M. L. Q. Soares, Mercosul, Direitos Humanos, Globalização E Soberania. Belo Horizonte. Inédita, 1997). O Consenso de Washington diz respeito à submissõa do conjunto das economias à batuta de Washington/EUA – significa a política do "Big Stick" – a América para os americanos. São políticas que se inscrevem num modelo de integração econômica baseado numa estratégia de política multinacional, segundo a qual o "livre comércio" eqüivale à liberdade de exploração máxima, pela via de desregulamentação, flexibilização. Significa, ainda, a destruição da política do Welfare State, que possibilitou crescimento econômico atrelado a relativa eficácia na concretização de direitos sociais.

^{7.} Nos dias 18 e 19 de abril aconteceu, em Santiago do Chile, a 2ª Reunião de Cúpula das Américas, com a presença de 34 chefes de Estado do continente, para dar continuidade ao processo de discussão da constituição da Alca – Associação de Livre Comércio das Américas. Segundo Júlio Miragaya – analista econômico da Cedeplan e presidente do sindicato dos economistas do DF –, trata-se de uma articulação envolvendo os distintos interesses econômicos nacionais e que resultará em expressiva repercussão nas respectivas economias, assim como nas condições de vida dos povos das Américas. A Alca é a resposta americana à ofensiva dos alemães na Europa (Tratado de Maastrich – União Européia) e japoneses na Ásia (Apec – Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), Associação de 13 países asiáticos e ainda, México, Canadá, Chile e EUA. Seu objetivo é estender o mercado criado inicialmente pelo Nafta – North American Free Trade Association) – que engloba EUA, México e Canadá, até a Patagônia. Isto significa somente na América Latina um PIB global de 2,73 trilhões de dólares, equivalente ao PIB da China ou 2,5 vezes superior ao PIB dos Tigres Asiáticos (Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura). A América Latina conta com uma população aproximada de 500 milhões de pessoas. Nestes acordos não são discutas as Cartas Sociais, que estabelecem a manutenção e avanços nos direitos sociais dos trabalhadores

Segundo Coggiolla, a política de privatização eqüivale, para nós, à destruição de toda e qualquer pesquisa...estamos diante de uma ofensiva de destruição do ensino superior. Ver mais em: O. A. Cogiolla, A Crise Capitalista e a Universidade Brasileira, XVII Congresso do Andes/SN (Fevereiro de 1998) (mimeo.)

A hegemonia americana⁹ cresce acentuadamente, seguindo o lastro aberto pelos regimes militares das décadas de 1960 e 1970. As técnicas, planos, projetos e programas para a construção e consolidação do império americano passam a ser implementados de forma sutil, mas extremamente violenta.

Segundo Emir Sader (2000, p. 8), "Nunca um império teve fronteiras tão extensas, nunca conseguiu organizar um bloco no poder constituído por Nações tão poderosas como aliadas, nunca dispôs de uma ideologia tão amplamente aceita e tão alimentada por uma máquina de propaganda tão universal".

Segundo Roberto Romano (1998), o processo de cooptação para ampliação de tal ideologia é de longa data e passa pelo "treino das lideranças" para aplicar a "democracia" estilo USA nas terras dominadas. Nos livros do ex-secretário de Estado George Schultz e de William Robinson, bem como nos textos de James Petras, são explicitados os pontos decisivos nas reformas definidas pelos governos, bem como o discurso e os intelectuais em retirada que os sustentam¹⁰. Neste sentido, Petras (1996), afirma que:

O período entre o final dos anos 70 e os anos 80 testemunhou uma transformação fundamental nos intelectuais latino-americanos.[...] Estruturalmente, os intelectuais da América Latina deixaram de ser intelectuais orgânicos conectados e dependentes dos movimentos populares para tornarem-se intelectuais institucionais atados a agências de financiamento e suas prioridades intelectuais [...] Em seu sentido mais amplo, a ascensão dos intelectuais institucionais e o declínio dos intelectuais orgânicos representam uma contra-revolução cultural, um grande salto para trás (p. 18-19).

Tal processo acentuado na década seguinte fica evidente em declarações de dirigentes do FMI. Michel Camdessus (FMI), no Congresso da Confederação Mundial do Trabalho, em Bangkok declarou – "A reforma do mercado exige adaptações que estimulem a mobilidade e mantenham o custo do trabalho de acordo com a produtividade". Tais reformas, admite Camdessus, chocam-se com interesses es-

^{9.} Segundo Emir Sader, em pronunciamento no Fórum Social Mundial , Porto Alegre 2000, nenhum tema importante do mundo contemporâneo pode ser entendido fora do marco da hegemonia americana. Ela cruza de tal forma o plano econômico, tecnológico , comercial, financeiro, político, militar, informativo, midiático, de lazer – entre outros – que o que tentasse ser abordado fora deste marco, provavelmente seria enfocado mal, de forma insuficiente ou provavelmente de forma errada.

Ver: George Schultz, Bureau of public affairs, em Current Policy, Sashington, n. 456, fev., 1983.
William Robinson, Promoting Polyarchy, Globalization, US Intervention, and Hegemony, Cambridge University Press, 1996. James Petras, Os intelectuais: Uma crítica marxista aos pós-marxistas em Plural, Revista da Associação dos Professores da UFSC-APUFSC-SSIND ANDES/SN, v. 5, n. 8, jul./dez. 1996.

tabelecidos – entenda-se conquistas históricas dos trabalhadores –, e conclama os trabalhadores a colaborarem com os governos no desmonte de tais "interesses estabelecidos". Neste sentido declarou que a segunda geração de reformas não poderá ser aplicada sem que os governos a explique aos trabalhadores e sem a contribuição ativa dos mesmos e suas organizações.

Seguem-se, aí, desde os acordos para a educação, a formação de pesquisadores até os treinamentos para eliminar qualquer oposição, buscando-se aprisionar as consciências, individuais e de classe, esta última expressa nas organizações sindicais e demais organismos de reivindicações e de luta contra-hegemônica.

Ocorriam, portanto, mudanças na base material da sociedade capitalista e no campo das idéias. Para a aceitação passiva, para o acatamento dócil da recomposição da hegemonia capitalista, era necessário o consenso.

As cartas e manifestos representavam, portanto, uma estratégia para cooptar a intelectualidade, para aprisioná-la e convertê-la em intelectuais institucionais, legitimadores de consensos em torno da política do governo.

2.2. Educação física: covos compromissos, pedagogia, movimento, miséria.

A Carta de Carpina foi formulada em meados da década de 1980 (1986) — período da denominada Nova República — Governo José Sarney —, e apresentou de forma sistematizada os denominados "novos compromissos", assumidos por intelectuais de educação física. O fio condutor das discussões foi "a promoção de uma educação física voltada para a necessidade da maioria da população" e o amplo e irrestrito combate à "miséria", que se acentuava cada vez mais.

A carta foi elaborada no contexto da crise capitalista contemporânea, ou seja, do processo de restauração econômica do capital e no ambiente de intervenção política das classes e do Estado nas condições de reprodução social, representando mediações da área de educação física com as mudanças em curso.

Apesar da iniciativa de reunir os intelectuais formuladores da carta, ter partido da então SEED/MEC – Secretaria de Educação Física e Esporte do MEC –, que estava sob a direção de Bruno da Silveira, os intelectuais convidados declaram no início da carta que "não estabelecem nenhum compromisso com as instituições governamentais". Buscava-se com tal declaração cindir a sociedade política e a sociedade civil.

Os intelectuais que assinaram a carta podem ser reconhecidos como protagonistas na luta política da classe trabalhadora. Podem ser perfeitamente identificados pelos seus compromissos assumidos ou não, envolvidos ou não, institucionalizados ou não, indiferentes ou não, com as lutas sociais e políticas contra o imperialismo e o capitalismo. Articuladores ou não do descontentamento social

com as lutas políticas contra o Estado classista, claramente determinado. São eles: Ana Maria Feitosa; Apolonio Abadio do Carmo; Celi Nelza Zulke Taffarel; Florismar Oliveira Thomaz; Izilda Cardoso Costa; João Batista Freire da Silva; João Bosco Araujo Teixeira; José Elias de Proença; José Manoel Cruz Pereira Nunes; Lino Castellani Filho; Lucy Aparecida de Godoy Bizzocchi; Maristela Maura Silva; Paulo Roberto Gomes de Lima; Renato Medeiros de Morais; Rosangela da Costa Donato; Tereza Luiza de França; Terezinha Maria Giacomin.

Pelos órgãos promotores participaram – pela SEED/MEC – Cesar Augusto Barbiere; Maria Eliene Pinheiro Peixoto Botelho; Person Candido Matias da Silva. Pela Secretaria de Educação do estado de Pernambuco, José Pinto Lapa. O evento foi realizado em memória de José Ricardo Martins Araújo.

O conteúdo científico da carta gira em torno de um "novo paradigma epistemológico" transformador para a educação física, baseado na dialética, cuja dimensão pedagógica é politicamente comprometida com a superação da miséria, da fome, que não é somente a fome de alimentos, mas também a fome de movimento. A consciência gerada em processos contraditórios deveria ser a conquista maior por direitos, justiça, não como concessão do Estado, mas como direito.

A linha de pensamento da carta resgata compromissos sociais da ação pedagógica da educação física no sentido da superação do "como é", para o "como deveria ser". Isto implicaria o domínio do conhecimento e do proceder científico na competência pedagógica compromissada, na competência ética e nas responsabilidades governamentais.

A discussão sobre "uma nova ciência" — a ciência da motricidade humana fazia-se presente. A crítica à produção do conhecimento de base positivista e a perspectiva superadora da dialética materialista histórica esboçavam-se nas experiências de muitos de nós. A pedagogia crítica superadora, sistematizada no início dos anos de 1990, já fazia seus ecos nas falas de intelectuais aí presentes. A *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, sinalizava nossas defesas. Portanto, o ecletismo e o pluralismo de um grupo com díspares posições refletiu-se no documento produzido. No entanto, o fio condutor central era a superação da miséria, gritante e cada vez mais acentuada. A educação física compreendida no campo da pedagogia e a defesa intransigente de uma prática qualitativa para todos pautava o discurso. A carta reflete bem as idéias em construção e que posteriormente aparecem em teses e dissertações de alguns dos autores da carta. Este rastro é visível.

Não estávamos dispostos a aderir ao consenso da acomodação diante dos avanços da miséria. Não nos conformávamos com o aprisionamento das consciências e o amoldamento subjetivo.

3. CONCLUSÃO PROVISÓRIA: A AUTOCRÍTICA – ELEMENTO VITAL NA LUTA DE CLASSES

O fato de ressaltarmos na carta constatações sobre a miséria em geral e a miséria da educação física, em particular, e firmarmos boas intenções expressas em "novos compromissos", articulados por um pensamento considerado o mais avançado à época, não nos eximiu de cometer um erro de avaliação e de estratégia política.

Nossos "novos compromissos" confrontavam-se com a tendência à destruição, sustentada por um sistema autofágico de reprodução social que busca cooptar a intelectualidade na linha da mediação, construção de consensos, para a formulação e implementação de alternativas políticas para "humanizar o capitalismo", hoje reconhecida como construção da "terceira via" política, com a implementação de políticas sociais compensatórias e neutralizadoras da luta de classes.

O que podemos identificar hoje é a não radicalidade no questionamento às leis gerais que regem o movimento geral do capital, às relações da sociedade civil e sociedade política sob os auspícios do Estado burguês e às estratégias da luta de classes, reconhecíveis em espaços de luta social.

Discutir a distribuição de benefícios sociais sem questionar com radicalidade a exploração capitalista e colocar claramente um horizonte histórico, sem referência a um projeto histórico superador, é aceitá-la na prática.

A organização do consenso, sedução liberal, só será eliminado, ou pelo menos minimizado, se e quando se realize um processo de construção das identidades/projeto da classe trabalhadora, o projeto histórico superador. Isto significa romper com o campo ideológico dominante, significa começar a eliminar as condições da opressão classista. No âmbito teórico, isto significa o debate crítico da relação sociedade civil/sociedade política. Pensá-los de modo cindido implica, desde logo, segundo Gramsci, desconhecer a natureza do Estado, que se configura como uma unidade articulada de consenso e coerção, produtor da organização e da desorganização da totalidade da sociedade.

Portanto, não vamos nos iludir, no sistema vigente e nas relações com o Estado burguês, com perfil neoliberal, pois existem poucas possibilidades de uma educação física socialmente referenciada, uma pedagogia libertadora, um movimento "conscientizador" . Prevalece a miséria, em todos os sentidos, para a maioria, para as amplas massas, para a classe trabalhadora.

A tarefa histórica é contribuir com a construção de um novo Bloco Histórico, referenciado nos interesses da classe trabalhadora, ao qual não podemos ser indiferentes porque a indiferença significa colaboracionismo de classe, a indiferença tem um peso fundamental na repressão da participação política.

Temos que expressar, sim, nossa vontade política, que significa consciência dos fins, ou seja, do Projeto Histórico Socialista – noção exata do próprio poder, distinção, individualização de classe, vida política independente da outra classe, a classe dominante.

Reconhecemos, por fim, que nos anos de 1970 e 1980 foi realizado um esforço enorme para estudar e entender a realidade e a atualidade complexa e contraditória, conhecer e criticar os rumos do país. Mas a despeito da qualidade e do empenho, segundo Arantes (1998, p. 29),

o conjunto não parecia somar, como se faltassem iniciativas e espaços sociais em que tais conhecimentos pudessem atravessar as barreiras de classe, de profissão, influir um nos outros, produzindo a indispensável densidade de referências recíprocas, sem as quais não se injeta energia social no estudo, transformando-o [...] em algo coletivo.

O nexo entre o ânimo estudioso disperso, que o Estado burguês organizava e ainda organiza, e a luta social para as transfusões críticas estavam abertas e continuam abertas. O espaço social de luta em torno dos partidos de esquerda e principalmente do campesinato são indicações deste fato. Principalmente o espaço de luta criado pelo campesinato, que está fortemente influenciado pelo marxismo clássico e, em função do contexto, pelas influências étnicas, feministas e ecológicas. Especificamente o MST, no Brasil, é um exemplo ressaltado por Petras . "Está surgindo um Movimento de oposição que com o tempo poderá desafiar o domínio que exercem as estruturas de poder do livre mercado". Em suas palavras "a esquerda devolve o Golpe".

Muitos de nós colocamo-nos nestes espaços, outros foram cooptados e hoje assinam a *Carta Brasileira de Educação Física*, redigida pelos intelectuais organizados em torno do Confef, articulados pelo Estado burguês e alinhados com as classes dominantes. Outros simplesmente estão indiferentes aos acontecimentos e fatos históricos.

Muitos de nós continuamos empreendendo esforços para o salto qualitativo necessário: transformar o poder econômico da classe trabalhadora de gerar bens em poder político, para poder usufruir do que foi socialmente produzido e historicamente acumulado, dentro do que se situa o bem cultural – educação física e esporte. Garanti-la, com qualidade socialmente referenciada, depende de uma política cultural inserida no bojo de um Estado organizado pelas reivindicações históricas da classe trabalhadora e dirigido pelos trabalhadores.

A Carta de Carpina. Physical Education – new commitments: pedagogy, movement, misery

ABSTRACT: This article analises the social construcion of Carta de Carpina from the marxismos theoretic.

KEY-WORDS: Physical education; sport.

La Carta de Carpina. Educación Física – pedagogía, movimiento, miseria

RESUMEN: Este artículo tiene por objetivo analizar la construcción social de la Carta de Carpina a partir del referencial marxista.

PALABRAS CLAVE: Educación fisica; sportes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, P. E. Ajuste Intelectual. In: HADDAD, F. Desorganizando o consenso. Petrópolis: Vozes, 1998.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latinoamericanos. Consulta popular. Cartilha 07. São Paulo, 1999.

CADERNOS CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade. *Educação política:* Gramsci e o problema da hegemonia. São Paulo: Cortez, 1985.

EDUCAÇÃO FÍSICA: Novos compromissos, pedagogia , movimento, miséria. *Educação Revista*, Belo Horizonte, n. 3, p. 88-98, jun. 1986.

FÓRUM. *Outro mundo em debate*. São Paulo: Editora Brasileira do Le Monde Diplomatique, 2001.

GEORGE, S. A Falência do sistema liberal. Atenção, v. 1, p. 50-53, nov. 1995.

GONÇALVES, R.; POMAR, Valter. O Brasil endividado. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

GRAMSCI, A. Concepção dialética da História. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

ção Brasiliense,	Os intelectuais e a organização da cultura. 2. ed. Rio de Janeiro: Civiliza- 1978.
	. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.
	. Cartas do cárcere. 4. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1991.

HADDAD, F. Desorganizando o consenso. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: Os Pensadores. São Paulo, 1977.

MOTA, A. E. (Org.). A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, 1998.

PETRAS, J. Os intelectuais em retirada. In: COGGIOLA, O. (Org.). *Marxismo hoje*. São Paulo: Xamã, 1996.

PETRAS, J. La izquierda devuelve el golpe. Disponível em: http://rogerio.correia.nom.br/ ptrs001.htm. Acesso em 7 dez. 1999.

PETRAS, J. Armadilha neoliberal e alternativa para a América Latina. São Paulo: Xamã, 1999.

PORTELLI, H. Gramsci e o Bloco Histórico. 4. ed., Rio Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ROMANO, R. A crise da universidade no Governo FHC. Florianópolis: APUFSC-SSIND ANDES/SN, 23/04/98.